

Centrão cobra mais espaço

Líderes acham que Governo tem negado apoio à sua base

EUGENIO NOVAES



Robertão e Lourenço: participação maior

Planalto quer o seu "horizonte definido"

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, afirmou ontem ao deixar o Palácio da Alvorada, depois de despacho de rotina com o presidente José Sarney, que o Governo precisa trabalhar com "horizonte definido", e por isso vem lutando para antecipação da votação no plenário da Constituinte duração do mandato de Sarney e do sistema de governo.

O ministro disse que o Planalto está convencido de que a inversão na pauta de votação "interessa muito ao País e ao Governo, pois está trazendo prejuízos administrativos". Costa Couto acha que também para a Constituinte a inversão é benéfica, na medida em que, ao se libertar dos problemas conjunturais, ela ficará mais à vontade para tratar dos "assuntos prioritários".

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse, depois do despacho, que esta semana será decisiva para as negociações, e acredita na reversão da pauta de votação, porque há um certo consenso das lideranças de que é preciso separar os temas conjunturais das questões temáticas. O grupo

que defende um mandato de quatro anos também tem interesse na definição já, para que não inviabilize as eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988.

Sant'Anna entende que a separação dos temas conjunturais dos temáticos vai agilizar os trabalhos da Constituinte, e por isso vai desenvolver uma intensa negociação durante esta semana para resolver o assunto. Ele acha possível um entendimento em torno das duas questões.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, que também despachou com Sarney, saiu defendendo a mesma posição de Sant'Anna, ao comentar que a falta de definição da duração do mandato e do sistema de governo prejudica as eleições deste ano, no caso de o período de quatro anos sair vitorioso.

O ex-líder do PMDB na Câmara, e atual ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, entende que para resolver logo a questão, se a antecipação não for aceita pela maioria, é formar um acordo para votar em bloco as questões menos polêmicas. Ele acha que 90 por cento dos assuntos podem ser votados conjuntamente.

Se o Governo não se adequar à sua nova base parlamentar, eliminando as queixas existentes entre os signatários da emenda dos cinco anos de mandato, poderá ser surpreendido no caso de insistir na antecipação desta votação na Constituinte. Essa observação foi feita ontem pelo líder do PFL, José Lourenço, e avallada pelo deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão, para quem está na hora do Palácio do Planalto parar de dar verbas e prestígio ao adversário para se voltar apenas para os interesses dos que estão com os cinco anos.

Os amigos do Presidente est-ao na sua grande maioria dentro do Centrão, assinou ainda José Lourenço, advogando, a exemplo de Roberto Cardoso Alves, a tese de que este grupo de origem a um novo partido político de sustentação parlamentar do Governo. Eles acham que neste grupo há afinidade doutrinar e ideológica que justifica perenização da união nascida a partir da Constituinte.

Na opinião do líder do PFL, o Presidente já sabe que existem estados com problemas para manter o apoio aos cinco anos e isso deve ser superado. Não é assim não, dizer que vai votar amanhã e pronto — prosseguiu José Lourenço, lembrando que o Governo não pode levar ou sugerir às lideranças que levem os companheiros a sofrer uma derrota no plenário. Por isso, ele aguarda uma inicia-

tiva mais contundente do presidente José Sarney.

— Enquanto o Governo não se adequar à sua nova base parlamentar não dá para votar mandato nem sistema de governo — prosseguiu, enquanto Roberto Cardoso Alves defendia que isso pode ser traduzido pela concessão de dinheiro apenas ao grupo político dos deputados e senadores que estejam com os cinco anos de mandato. O que não aceito, disse, é esse negócio de ficarem alimentando politicamente o prefeito e demais adversários.

Os dois deputados não temem pela possibilidade das 317 assinaturas colocadas na emenda Matheus Iensen deixar de se confirmarem no plenário, caso haja logo a votação do mandato. Sou homem de boa fé, completou Cardoso Alves, o que assino cumpro e se um constituinte não honrar sua assinatura isso será muito ruim para o País. Todavia, lembrou que isso só ocorre com quem tem caráter. Depois se disse surpreso com a observação do presidente Ulysses Guimarães, para quem assinatura não é voto.

Segundo a ótica de Roberto Cardoso Alves, o líder José Lourenço anda apavorado porque os cinco anos correm risco. Mas ele passou a defender qualquer providência capaz de apressar a definição por este tamanho de mandato. E chegou a admitir, com o apoio do líder pefelista, a possibilidade de voltarem a

usar o Centrão para mudar o regimento e legalizarem essa alteração, no caso da Mesa da Constituinte resistir à inversão da pauta.

Todavia, o líder centrista fez questão de assinalar que só defende a votação do mandato e do sistema de governo enquanto não identificar riscos para o êxito da tese palaciana. E por isso que defende uma postura do Governo condizente com os interesses do grupo dos cinco anos.

Já o deputado Ricardo Fluzo, que divide com Cardoso Alves o comando do Centrão, discorda dos que defendem benesses para os signatários da emenda dos cinco anos: "eu não peço, não reivindico nem faço fisiologia. O Presidente luta por um direito líquido e certo que é o mandato de cinco anos. Quatro é golpe. Depois, o constituinte não deve julgar o mérito da ação do Governo".

Entretanto, o deputado voltou a lembrar aos que pretendem usar o Centrão para viabilizar os cinco anos de que no grupo existe um acordo de não tratar de mandato nem sistema de governo. Ou seja, resumiu, se quiserem alterar o compromisso precisa antes obter a concordância de todos. Ele continua discordando deste envolvimento do Centrão com os interesses do Governo, embora pessoalmente, a exemplo de Luiz Eduardo Magalhães, acredite que a decisão ajudaria a fluir o restante das votações na Constituinte.

Sant'Anna acha queixas 'bobagem'

Bobagem — assim reagiu ontem o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, à observação dos líderes do PFL e do Centrão, José Lourenço e Roberto Cardoso Alves, que estão certos de que somente com a eliminação das queixas reinantes entre os signatários da emenda de cinco anos de mandato seria possível garantir o êxito na votação em plenário. Sant'Anna chegou a afirmar que recebe muita gente descontente em seu gabinete para depois assinalar que só quem não conhece o mundo político pensa que tudo está bem.

O líder governista prometeu ontem ao presidente José Sarney que entrega até o final da semana um levantamento mais profundo sobre a tendência da Constituinte para inverter a pauta de votação e decidir logo mandato e sistema de governo. Ele prefere ouvir cada deputado e senador, deixando de valorizar mais as informações colhidas das lideranças formais e informais de partidos e grupos.

Carlos Sant'Anna também desmentiu que o Palácio do Planalto tenha recrudescido da idéia de insistir na antecipação da votação. "O que há é cautela", justificou embora tenha assegurado também



Sant'Anna

que para pensar os votos dos que "assinaram por assinar" a emenda Matheus Iensen conte ainda com a promessa de adesão em plenário de 34 constituintes.

Sant'Anna disse que não tem conclusão a respeito do levantamento que vem fazendo, mas com a presença, a partir de hoje, dos constituintes poderá melhorar a performance de apuração das tendências, não só confirmando os cinco anos como a respeito da inversão da pauta.

Aliás, disse, está certo de que até os defensores dos

quatro anos sabem que ou vota logo ou, se eles ganharem, não haverá tempo para viabilizar os preparativos das eleições deste ano. Ele também acha muito otimista pensar que a Constituinte termine em abril, como deseja o presidente Ulysses Guimarães.

Depois de revelar que tomou compromisso de alguns colegas para votar em plenário os cinco anos e descontar do grupo que assinou os que não têm convicção, Carlos Sant'Anna reconheceu que é com os defensores dos cinco anos que o Governo formará sua nova base de sustentação parlamentar, levando em conta que quem não está com o Palácio do Planalto está na oposição.

O líder chegou a ver algum nexo no comentário do deputado José Lourenço a respeito dos ajustes do Governo com sua bancada de apoio, mas não condiciona isso à manutenção do apoio dos signatários à emenda dos cinco anos. Sant'Anna voltou a repetir que a votação antecipada requer decisão política e que identifica a possibilidade de reverter as resistências atuais à tese preferida do Presidente, pois todas as correntes sabem das vantagens para a Constituinte de resolver logo as duas questões mais polêmicas da área política.

Justiça para Sarney e para Ulysses

HELDER MARTINS
Especial para o CORREIO

Quando se fala sobre as dificuldades que o País enfrenta há, por vezes, quem se apresse em atribuir a responsabilidade ao presidente José Sarney. Mas um dia, quando as paixões cessarem ou quando se voltarem para novos alvos, talvez se possa fazer um balanço equilibrado da atuação do presidente José Sarney e do papel por ele desempenhado nesse período de transição que ora atravessamos. Uma das primeiras injustiças que se pode cometer contra o atual governo é que tem sido frequente é a de atribuir-lhe a responsabilidade pelos problemas econômicos e sociais, como se tivessem tido como ponto de partida o início da atual administração. Ora, não se pode ignorar que os problemas ligados à dívida externa, à inflação, ao déficit público surgiram em administrações passadas, tendo, também, componentes de origem externa e que não se podiam controlar. Com os governos militares, aos problemas econômicos e sociais, e, para acentuá-los, vieram somar-se os problemas políticos cujas consequências vão perdurar por vários anos. Os ajustamento e efervecências da transição, incluindo o doloroso parto constitucional, tem as suas raízes num longo período de governo autoritário, período durante o qual se verificou uma hipertrofia das carreiras políticas e das práticas democráticas, ao lado de uma confiança exagerada nas virtudes tecnocráticas. Todo o quadro político atual, com todos os seus problemas, suas falhas, sua ansia incontinente de acertar, foi gerado no ventre da repressão passada. Nesse clima de problemas herdados e de frustrações prolongadas, que desembo-

ca em demandas crescentes de participação política, por uma classe reprimida, por muitos anos marginalizada e, por isso mesmo, malpreparada para as novas responsabilidades, não é fácil governar. Não se pode, é claro, falar com certeza sobre as possíveis consequências para o País de alternativas que se poderiam imaginar não só para o cargo da Presidência como para as políticas seguidas pelo atual Presidente, e seu estilo de governar, baseado no compromisso, na tolerância, no diálogo, na divisão de encargos e responsabilidades, na paciência, e em que alguns insistem em ver um sinal de fraqueza, e não sábia moderação. Mas, não obstante ser o governo de transição de um período autoritário para a democracia, com todos os problemas que decorrem dessa situação, não obstante ter pegado andando o barco da crise econômica e social, um barco já adequado na noite escura das incertezas, Sarney o tem mantido na rota e já se antecipa o alvorecer. Talvez, quando se reexaminarem, à distância, esse período de nossa história, seja mais fácil agradecer ao presidente Sarney o que fez pelo fortalecimento da democracia no Brasil, e isso sem incidentes como os que acabam de conturbar a Argentina.

Outra figura a qual, um dia, o Brasil também fará justiça é a de Ulysses Guimarães, a quem não se pode negar o mérito de ter conduzido e contido, dentro dos limites suportáveis, anos de frustrações de uma classe política marginalizada e, por vezes, esmagada, e por ele trazido à vida. Seu papel continua a ser notável, e, talvez, mais difícil do que o que desempenhou numa época em que era fácil o consenso contra o autoritarismo.

Estabilidade vai para a votação sem acordo

Apesar de várias tentativas para um acordo, representantes do Centrão, do Centrão e do Grupo dos 32 não conseguiram ontem, último dia para a apresentação de destaques, fechar um texto para a estabilidade. Cada grupo irá pedir seus destaques, e a busca do entendimento continuará na fase da votação em plenário. Entre as dificuldades para uma fórmula comum, segundo o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, está o fato de que "ninguém fala por todo o grupo".

O Centrão quer a indenização compensatória a ser definida em lei, e aceita uma multa sobre o FGTS no caso de despedida imotivada até a promulgação da lei. Esta posição chegou a obter a concordância do Grupo dos 32. Mas o Centrão prefere apenas garantir a relação de emprego contra a despedida imotivada, nos termos da lei. Pela manhã, um dos coordenadores do

Centrão, o deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), tentou mostrar ao líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), que o texto defendido pelo Centrão é menos avançado do que a proposta de uma indenização, com dispositivos assegurados nas disposições transitórias. Segundo o deputado, Covas irá evoluir para uma posição de acordo, e lhe incentivou a apresentar destaque para a emenda da indenização, com a previsão de um salário por ano retroativo a 1º de fevereiro de 1987 até a promulgação da lei.

No início da tarde, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do Grupo dos 32, chegou a anunciar um acordo. No meio de uma reunião com o senador Virgílio Távora (PDS-CE), do mesmo grupo, e os deputados Ponte e Cezar Coelho, a deputada disse que o texto acertado garantia na parte permanente da Constituição proteção especial no caso de dispensa imotivada, e na parte transitória uma multa de 40 por cento

sobre o FGTS recolhido durante a vigência do contrato de trabalho em vigor no último dia 1º, até a promulgação da lei. Ainda segundo a deputada, a dúvida existente era sobre a inclusão ou não, no corpo permanente, da indenização compensatória.

Mas ao final da reunião Ponte disse que a decisão foi a de cada grupo pedir destaque para o maior número de propostas que poderiam aglutinar todas as tendências. O deputado disse que o Centrão não aceitaria um texto que excluísse a indenização, e informou que iria tentar aprovar em seu grupo a multa de 40% sobre o FGTS.

Sem acordo, o Grupo dos 32 vai pedir destaque para a redução do Cabral I — relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei, como quer o Centrão. O Centrão insistirá na indenização e proporá percentuais diferentes para a multa sobre o FGTS.

Os destaques do Grupo dos 32

O Grupo dos 32, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), apresentou ontem pedidos de destaque para a apreciação em separado de emendas sobre o conceito de empresa nacional, a estabilidade, a reforma agrária e a distribuição dos derivados de petróleo, entre outros. Como não foi fechado acordo com o Centrão, o grupo encaminhou sozinho seus pedidos. E pretende negociar com base no Hércules V — conjunto de emendas por títulos que produziu — na hipó-

tese de nem o texto do Centrão e nem a redação da Comissão de Sistematização conseguirem os 280 votos necessários para a aprovação.

Entre as teses destacadas pelo grupo estão seguintes:

REFORMA AGRÁRIA — São insuscetíveis para fins de reforma agrária, além dos imóveis rurais que cumpram função social, os pequenos e médios imóveis rurais, definidos em lei, cujos proprietários

não possuem outro imóvel rural.

PETRÓLEO — Fica suprimido o monopólio na distribuição dos derivados de petróleo.

IMPRESCRITIBILIDADE — Prazo prescricional de cinco anos, contados da data da lesão do direito originário de relação de emprego, salvo na hipótese de extinção do contrato de trabalho, quando este prazo se esgotará dois anos após o término da relação de emprego.